



Mensagem do Presidente

A fiscalização das drogas cabe a todos. A sociedade civil, as famílias e todas as pessoas precisam ser protegidas das consequências negativas do uso indevido de drogas e do narcotráfico. Também precisamos ter acesso a substâncias lícitas, quer dizer, aos medicamentos utilizados para aliviar a dor e o sofrimento, e para tratar doenças. Estes dois objetivos estão estreitamente relacionados, e a comunidade internacional os reconhece nos tratados de fiscalização internacional de drogas. É preciso considerar, por um lado, a necessidade de oferecer o acesso equitativo a esses medicamentos e por outro garantir que essas substâncias não sejam utilizadas com fins ilícitos.



Enquanto no mundo inteiro se consomem mais substâncias com fins médicos e científicos, o consumo é desigual. Em muitos países não é fácil conseguir medicamentos para tratar doenças. Isso precisa mudar. Os governos devem identificar e eliminar os obstáculos que se opõem à disponibilidade de substâncias destinadas a prevenir sofrimentos desnecessários. A Junta aponta essas questões aos governos no suplemento especial do relatório.

Graças à aplicação dos tratados, tem se logrado praticamente eliminar o desvio em nível internacional de substâncias fiscalizadas. Contudo, o desvio ainda ocorre em nível nacional. O uso de drogas ilícitas deve ser abordado a partir de duas vertentes: a da oferta e a da demanda. De qualquer forma, é essencial que os esforços voltados para prevenir o uso de drogas ilícitas e o narcotráfico não limitem a oferta de substâncias controladas para fins para fins lícitos. Isso se aplica também aos precursores utilizados para a fabricação ilícita de drogas. Esses produtos químicos também têm usos legítimos. Iniciativas internacionais como o PEN Online, o Projeto Prisma e o Projeto Coesão, procuram reforçar o controle de precursores para evitar que sejam desviados para a fabricação de drogas ilícitas.

Agradecemos os valentes esforços dos homens e mulheres que trabalham para nos proteger dos perigos do tráfico de drogas e que arriscam a vida dia após dia. Lamentavelmente, esse sacrifício é frequentemente neutralizado por causa da corrupção e da intimidação relacionadas às drogas. A corrupção e a intimidação enfraquecem os sistemas de segurança e judicial, ameaçando as iniciativas internacionais voltadas para combater o problema das drogas. No capítulo I do relatório, a Junta destaca os perigos que a corrupção acarreta para o controle das drogas e apresenta um conjunto de recomendações a serem consideradas pelos governos.

O relatório da Junta de 2010 não apenas se concentra nesses assuntos, mas também avalia os desafios que o controle das drogas enfrenta atualmente e recomenda medidas a serem adotadas. A situação é complexa, mas juntos – a comunidade internacional, os governos, as organizações não governamentais, as comunidades locais e cada indivíduo – devemos manter os nossos esforços para assegurar a eficácia do controle internacional das drogas.

Hamid Ghodse

Presidente da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes



É PRECISO REDOBRAR OS ESFORÇOS PARA LIMITAR OS EFEITOS NOCIVOS DA CORRUPÇÃO RELACIONADA ÀS DROGAS

VIENA, 02 de março (Serviço de Informação das Nações Unidas) – Prevenir a corrupção deve ser uma das principais prioridades na luta contra o narcotráfico, afirma a Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, com sede em Viena, no seu relatório de 2010, divulgado hoje naquela cidade.

“Não existe nada mais prejudicial para os esforços em frear o tráfico de drogas do que as tentativas bem sucedidas das organizações criminosas de intimidar e subornar funcionários públicos”, diz Hamid Ghodse, presidente da Junta, destacando a necessidade de uma ação urgente e de um compromisso duradouro.

Ele observa que “os funcionários policiais e judiciais costumam enfrentar grandes pressões do crime organizado quando tentam deter o narcotráfico. Sem proteção adequada, eles se vêem confrontados com a difícil situação de ter de escolher entre serem vítimas da violência, correndo o risco de até perder a vida, ou sacrificar a integridade e se tornarem cúmplices de criminosos”.

O relatório mostra que os grandes lucros gerados pelos mercados de drogas ilícitas com frequência ultrapassam os recursos financeiros de instituições públicas, o que representa uma grave ameaça à ordem pública e à segurança internacional. Em alguns casos, as organizações criminosas que conseguem construir um império do narcotráfico se tornam forças políticas com o poder e a autoridade de instituições legítimas. Nesse caso, as próprias autoridades estabelecidas para controlar e reprimir o narcotráfico acabam comprometidas por causa da corrupção.

A corrupção é utilizada de forma estratégica

Existem provas de que as organizações criminosas que têm maior êxito fazem uso estratégico e sistemático da violência e da corrupção para facilitar a circulação de drogas ilícitas, afirma a Junta.

Aquilo que não conseguem por meio do suborno o fazem por meio da violência e da intimidação e vice e versa, de acordo com o relatório. Por esse motivo, as zonas de narcotráfico intenso costumam apresentar elevados índices de violência e corrupção.

Para conseguir o máximo de benefícios do tráfico de drogas, a maioria das organizações criminosas busca e encontra uma maneira de obter a cumplicidade de altos funcionários públicos.

Não é fácil medir o alcance real da corrupção. Os dados oficiais dos países sobre a corrupção costumam ser extraídos das estatísticas nacionais relativas à delinqüência e mais bem indicam o êxito das iniciativas de luta contra a corrupção, do que a prevalência real desta. Os dados oficiais também se vêem afetados pela confiança pública na polícia e pela vontade da vítima de informar o crime. Pesquisas sobre a percepção pública são utilizadas para complementar os dados oficiais.

O impacto da corrupção, no entanto, é fácil de observar. O relatório aponta que a corrupção deteriora a credibilidade e a eficiência do sistema de justiça criminal e debilita o Estado de Direito. Os países nos quais o narcotráfico existe são especialmente vulneráveis.



As unidades de fiscalização de drogas que movimentam grandes quantidades de dinheiro e de substâncias são as mais afetadas, junto com as respectivas unidades judiciais e aduaneiras. Os funcionários dessas dependências não só têm mais possibilidades do que outros de sucumbir à corrupção, mas são também agressivamente recrutados por grupos criminosos.

A luta contra a corrupção relacionada às drogas

O relatório lista estratégias para abordar o crime organizado ligado às drogas e sugere medidas preventivas. As redes criminosas globalizadas comandam grande quantidade de recursos e têm acesso a tecnologias sofisticadas, o que lhes permite uma rápida adaptação às novas táticas de fiscalização de drogas, além da possibilidade de explorar os pontos fracos das agências de controle. Por isso, o relatório ressalta a importância de adotar medidas preventivas.

O relatório também chama os governos a estabelecerem sistemas eficientes, transparentes e objetivos de contratação e promoção de funcionários, bem como um sistema de avaliação de desempenho e de rotatividade de pessoal. Todos os organismos encarregados da fiscalização de drogas deveriam instituir procedimentos para a divulgação de conflitos de interesses, registro de bens, bem como mecanismos disciplinares.

Aumentar a transparência é essencial para prevenir a corrupção no âmbito judicial. A atuação do Judiciário deve ser pública e os juízes devem fundamentar suas decisões – estas por sua vez devem ser registradas e permanecer à disposição do público e dos meios de comunicação.

O presidente da Junta exorta os encarregados de formular políticas públicas a dotarem o Judiciário de recursos adequados para que possa cumprir suas funções. Deve-se prestar apoio aos Estados que precisam de assistência técnica ou de outra índole. Apesar de a responsabilidade de proteger a população contra a intimidação e a corrupção ser dos governos, a cooperação internacional é essencial para permitir que os organismos responsáveis pela aplicação da lei possam colaborar entre si.



OS MEDICAMENTOS PARA O TRATAMENTO DA DOR E DE DOENÇAS DEVEM ESTAR AO ALCANCE DE TODOS – A JIFE CHAMA OS GOVERNOS E A COMUNIDADE INTERNACIONAL A ADORAREM MEDIDAS

Viena, 02 de março - De acordo com o suplemento especial do relatório anual da JIFE 2010, publicado hoje, mais de 80% da população mundial carece, total ou parcialmente, de acesso a analgésicos e por isso sofre com dores desnecessariamente.

“90% das substâncias lícitas são consumidos por 10% da população mundial, ou seja, nos Estados Unidos, Austrália, Canadá, Nova Zelândia e alguns países da Europa”, afirma Hamid Ghodse, presidente da JIFE. Em muitos países da África, Ásia e algumas partes da América, o acesso a entorpecentes e a substâncias psicotrópicas para fins terapêuticos é escasso ou nulo.

De acordo com a Junta, existe matéria prima suficiente para atender as necessidades por analgésicos opióides de todos. No entanto, existem vários fatores que impedem o acesso a esses medicamentos. Apesar do preço ser considerado um dos principais obstáculos para o acesso a esses medicamentos, existem preparados de baixo custo que têm sido distribuídos eficazmente em vários países. Isso prova que as barreiras econômicas podem ser superadas.

Entre os fatores que obstaculizam a oferta de medicamentos estão a formação deficiente de profissionais da saúde, a falta de regulamentação, as dificuldades de distribuição e a ausência de uma política de saúde integral e inclusiva que abarque o tratamento da dor. Os sistemas de fiscalização de drogas podem ajudar a assegurar o abastecimento suficiente de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas para fins médicos e científicos e, ao mesmo tempo, evitar o seu uso inapropriado e abuso.

A pesar da falta de disponibilidade de medicamentos controlados poder privar os pacientes do direito aos benefícios que estes significam para a saúde e ao alívio da dor e do sofrimento, a oferta excessiva pode levar ao abuso e, conseqüentemente, à dependência química. No relatório a Junta chama a atenção ao problema do uso indevido de analgésicos, que em alguns países tem, inclusive, ultrapassado os níveis de abuso de drogas ilícitas.

A Junta convoca todos os governos, com a assistência da comunidade internacional, a adotar as recomendações do relatório com o objetivo de identificar as barreiras que impedem a disponibilidade adequada dessas substâncias e a tomar as medidas corretivas apropriadas. As recomendações da Junta abarcam uma extensa variedade de esferas que afetam a disponibilidade de substâncias para fins médicos e científicos, por exemplo, a compilação de dados estatísticos sobre as necessidades de drogas lícitas, legislação, educação e capacitação, sistemas de fiscalização nacional e prevenção do desvio e do abuso de substâncias.



AUMENTAM AS DROGAS DE DESEÑO DE MANEIRA INCONTROLÁVEL; SÃO NECESSÁRIOS ESFORÇOS IMPORTANTES PARA COMBATER O PROBLEMA, DIZ A JIFE

Viena, 02 de março de 2011 - O relatório anual da JIFE, publicado hoje, aponta para o problema da rápida elaboração de novas “drogas de desenho”, ou seja, produzidas ou manipuladas com o objetivo de burlar os sistemas de fiscalização vigentes.

Essas drogas, objeto de abuso, costumam ser fabricadas por meio da ligeira modificação da estrutura molecular de substâncias fiscalizadas, gerando uma nova substância de efeitos similares, capazes de ficar à margem das medidas nacionais e internacionais de fiscalização. Frequentemente é possível encontrar na internet instruções precisas para fabricar “drogas de desenho”.

“Considerando os riscos à saúde que acompanham o uso das “drogas de desenho”, instamos os governos a adotarem medidas de controle nacional para prevenir a fabricação, o tráfico e o abuso dessas substâncias”, diz o presidente da Junta, Hamid Ghodse.

Para abordar o problema da rápida mudança na estrutura de um dos componentes de uma droga com o fim de burlar os controles regulamentários, alguns governos vêm adotando medidas voltadas para fiscalizar grupos inteiros de compostos sintéticos estruturalmente relacionados.

A Junta faz referência ao uso da “droga de desenho” 4-metilmetcatinona, também conhecida como “mefedrona”, em número cada vez maior de países e regiões. A substância, que tem efeitos análogos aos da cocaína, da anfetamina e do MDMA (êxtase), vem provocando inúmeras mortes. Observada pela primeira vez no Reino Unido em 2007, a mefedrona vem se tornando uma droga de uso problemático na América do Norte, no Sudeste asiático, na Europa e na Oceania (Austrália e Nova Zelândia).

A mefedrona pode ser adquirida pela Internet e em pontos de venda no varejo conhecidos como “*smart shops*”, algumas vezes anunciada como sal de banho, adubo para plantas ou produto químico para pesquisas, com vistas a burlar sua detecção e evitar processos judiciais. Grupos do crime organizado estão envolvidos no tráfico e na distribuição da mefedrona.

A mefedrona é uma entre várias “drogas de desenho” objeto de abuso. Somente na Europa existem outras 15 “catinonas de desenho” que estão sendo fiscalizadas pelo Observatório Europeu de Drogas e Toxicomanias. Recentemente no Japão 51 substâncias passaram a ser fiscalizadas. Como ocorre com a mefedrona, o uso de novas substâncias pode se propagar rapidamente.

A JIFE chama os governos a que continuem atentos ao monitoramento de tendências no uso de drogas e na identificação de novas substâncias objetos de abuso. A cooperação bilateral e internacional é essencial para intercambiar informações sobre este fenômeno transfronteiriço. Para proteger a saúde pública, os governos devem submeter essas substâncias à fiscalização nacional para poder indiciar as pessoas envolvidas na fabricação e distribuição dessas substâncias. A Junta recomenda que, quando possível, os governos considerem listas mais genéricas para fiscalizar grupos inteiros dessas substâncias.

**África**

O relatório da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE) de 2010 aponta que o contrabando de cocaína via África está aumentando outra vez. Depois da queda registrada nos últimos dois anos, o tráfico voltou a se aparelhar, como indicam as várias apreensões de grande escala realizadas em 2010.

Em junho do ano passado, foi apreendida na Gâmbia quantidade sem precedentes de 2,1 toneladas de cocaína. Em maio, integrantes de uma rede de narcotráfico foram presos na Libéria, enquanto tentavam contrabandear pelo menos quatro toneladas de cocaína para a Europa. Um problema grave que a cocaína apresenta é o seu alto valor em relação às economias locais. Os traficantes dispõem de recursos suficientes para subornar funcionários para proteger suas operações. Em março de 2010, 11 altos funcionários de agências policiais da Gâmbia foram presos por relações com o tráfico de drogas.

A *cannabis* continua sendo a droga mais produzida, contrabandeada e consumida na África. A prevalência anual do consumo de *cannabis* no continente entre pessoas de 15 a 64 anos de idade varia entre 5% e 10%, representando cerca do dobro da média mundial. O Marrocos continua entre os maiores produtores mundiais de resina de *cannabis*, apesar de ter informado uma diminuição considerável do cultivo da planta (de 134.000 hectares em 2003 para 56.000 hectares em 2009) e de produção de resina (de 3.070 toneladas para 820 toneladas no mesmo período).

A África Oriental é a principal rota de trânsito para o contrabando de heroína da Ásia para a África, principalmente por meio dos principais aeroportos de Adis Abeba (Etiópia) e Nairóbi (Quênia). De acordo com estimativas, cada ano, cerca de 35 toneladas de heroína são contrabandeadas para a África, das quais mais da metade (25 toneladas) são utilizadas para abastecer a população de toxicômanos da África (calculada em 1,2 milhões de pessoas). O restante é enviado a outras regiões, em particular para a Europa.

A Junta expressa sua preocupação com o aumento do uso de quase todos os tipos de drogas na África nos últimos anos. Este fato é particularmente alarmante porque em muitos países os sistemas de atenção à saúde não possuem os recursos necessários para o tratamento dos usuários problemáticos de drogas.

Enquanto o tráfico de precursores químicos necessários para produzir drogas vem diminuindo, a falsificação de medicamentos ainda é um problema grave. Em muitos países africanos produtos farmacêuticos falsos estão disponíveis em mercados de rua e representam sérios riscos à saúde pública.

Américas**América Central e Caribe**

A região da América Central e Caribe continua sendo utilizada como uma importante zona de trânsito pelo tráfico de drogas ilícitas em grande escala, devido à sua localização entre os principais países produtores da América do Sul e os mercados consumidores da América do Norte e Europa. Apesar da diminuição do contrabando de cocaína para a América do Norte devido à diminuição da demanda, houve um aumento da proporção de drogas em trânsito pela América Central.

A corrupção endêmica, a pobreza e os elevados índices de desemprego têm exacerbado o crime relacionado às drogas, apesar dos consideráveis esforços dos governos da



região em combater o problema. Calcula-se que o valor de rua de todas as drogas que transitam pelo Caribe supera o da economia formal.

Na América Central, a violência relacionada às drogas continua atingindo seriamente El Salvador, Guatemala e Honduras: esses países registram os mais altos índices de homicídio do mundo.

No Caribe, o governo da Jamaica declarou estado de emergência em meados de 2010, depois de um confronto entre integrantes de uma gangue e a polícia, que tentava deter o suposto chefe de uma rede de narcotraficantes. A Jamaica continua sendo o principal produtor e exportador de *cannabis* da América Central e Caribe, sendo responsável por 30% da produção total da região.

Antes do terremoto que sacudiu o Haiti, em janeiro de 2010, o país já era uma área importante para o trânsito de drogas ilícitas. A perda de capacidade do Estado haitiano devido à destruição provocada pelo terremoto levanta a preocupação de que o país venha a ser cada vez mais procurado por narcotraficantes. Quase 30% da *cannabis* apreendida na República Dominicana em 2009 eram procedentes do Haiti, com um total subindo de 885 quilos em 2008, para 1.400 quilos em 2009. As autoridades dominicanas informaram ainda que em 2009 houve um aumento considerável (para 3.400 quilos) da quantidade de cocaína apreendida, dos quais 64% corresponderam a cinco grandes operações de apreensões.

A pesar do uso de drogas injetáveis nos países da região não ser a principal causa de infecção por HIV, Porto Rico é uma exceção: em 2009, o uso de drogas injetáveis foi responsável por 40% dos novos casos de infecção de HIV em homens e por 27% dos novos casos entre mulheres.

A Junta reconhece que o principal problema que os programas de prevenção e de tratamento na região enfrentam é a falta de capacidade de reunir dados relevantes e estimular maior apoio internacional com vistas a superar esse problema.

América do Norte

Os Estados Unidos são o principal destino das remessas de drogas ilícitas. As organizações de narcotraficantes com base no México dominam os mercados de cocaína, heroína e metanfetamina nos Estados Unidos. Em 2009, houve um aumento do uso de todas as drogas nos Estados Unidos, à exceção da cocaína. Entre 2007 e 2009, vários organismos informaram que o abuso de medicamentos prescritos é a principal ameaça em relação às drogas no país.

No México, as organizações de narcotraficantes reagiram com uma violência sem precedentes diante das rigorosas medidas policiais adotadas pelo governo para desarticular operações de tráfico. Desde 2006, mais de 28.000 pessoas foram mortas em incidentes relacionados com as drogas no país.

As organizações de traficantes do México se fortaleceram como provedores de drogas ilícitas para o mercado dos Estados Unidos, enquanto que a influência das organizações criminosas da Colômbia diminuiu. Nos Estados Unidos, a distribuição de drogas ilícitas no varejo é controlada por cerca de 20.000 gangues de rua. As alianças com as organizações criminosas mexicanas permitiram que essas gangues ampliassem sua influência em detrimento dos traficantes independentes.



O Canadá ainda é um dos principais países de origem de drogas sintéticas fabricadas ilícitamente, em particular de MDMA (êxtase) e metanfetamina.

Nos Estados Unidos, cerca de 38 milhões de pessoas fizeram uso de drogas ilícitas em 2009, o que representa um aumento de 2,5 milhões em relação a 2008. Entre 1999 e 2007, o número de mortes relacionadas às drogas duplicou, chegando a 38.371 em 2007. Em alguns estados, a quantidade de mortes relacionadas às drogas tem ultrapassado aquelas provocadas por acidentes de trânsito. A *cannabis* continua sendo a droga mais consumida (28,5 milhões de pessoas em 2009).

No Canadá, houve uma diminuição do consumo de drogas entre os jovens (pessoas entre 15 e 24 anos de idade): o uso de *cannabis* caiu de 32,7% em 2008 para 26,3% em 2009; o consumo de cocaína e de MDMA caiu quase para a metade no mesmo período.

América do Sul

Em 2009, a superfície total do cultivo ilícito de arbustos de coca diminuiu na América do Sul pelo segundo ano consecutivo, devido à considerável redução registrada na Colômbia. No Estado Plurinacional da Bolívia e no Peru a superfície de cultivo de arbustos de coca aumentou pelo quarto ano consecutivo.

Enquanto o mercado de cocaína vem diminuindo na América do Norte (cerca de 40% do mercado mundial), na Europa continua aumentando (30%). No Cone Sul registra-se apenas de 10 a 20% do mercado. A região da América Central e Caribe continua sendo uma importante rota para o tráfico de drogas ilícitas vindas da América do Sul com destino à América do Norte e Europa. A Colômbia continua sendo o principal país de origem da cocaína destinada à Europa junto com o Peru que vem adquirindo cada vez mais importância.

Nos últimos anos houve um aumento considerável da utilização de embarcações semi-submersíveis para o contrabando de drogas, assim como da capacidade destas de transportar drogas. Em 2008 e 2009 as autoridades apreenderam 34 embarcações desse tipo. Um submarino apreendido no Equador, em julho de 2010, tinha capacidade para transportar 14 toneladas de drogas. Também há indícios do aumento do tráfico de cocaína via África em aviões de carga.

Em 2008, foram destruídos cerca de 10.000 laboratórios de processamento de cocaína no Estado Plurinacional da Bolívia, Colômbia e Peru. Ainda nos últimos anos foram desmantelados laboratórios de cocaína na Argentina, República Bolivariana da Venezuela, Chile e Equador.

Em outubro de 2009, as autoridades equatorianas desmantelaram um dos maiores laboratórios de fabricação de cocaína encontrados no país, com capacidade para fabricar 20 toneladas da droga por mês.

A superfície de cultivo ilícito de papoula na América do Sul representa menos de 1% da superfície total de cultivo mundial. Na Colômbia, país no qual se registra a maior parte do cultivo ilícito de papoula da América do Sul, o cultivo vem diminuindo gradualmente, passando de 6.500 hectares, em 2000, para 365, em 2009.



O permanganato de potássio continua sendo o principal agente oxidante utilizado para fabricar cocaína na América do Sul. Em 2009, foram apreendidas na Colômbia 22,8 toneladas de permanganato de potássio – menor quantidade apreendida no país nos últimos dez anos. Uma parte da substância havia sido fabricada ilegalmente no país em laboratórios clandestinos. Acredita-se que a quantidade de permanganato de potássio fabricada ilegalmente no país é suficiente como para atender a maioria das necessidades dos traficantes no que diz respeito a essa substância.

Ásia

Ásia Oriental e Sudeste Asiático

Desde 2008, a fabricação, o tráfico e o uso de drogas sintéticas vêm aumentando significativamente no Leste e no Sudeste da Ásia. A fabricação ilícita de estimulantes anfetamínicos vem ocorrendo nos lugares onde os precursores são de fácil acesso. Uma das tendências recentes é o tráfico de quantidades significativas de metanfetamina saindo da República Islâmica do Irã e de países vizinhos para outros países da região.

Em 2009, foram apreendidas 6,6 toneladas de metanfetamina e 1,1 milhões de comprimidos de êxtase na China. A importância da Europa como região de origem do MDMA (êxtase) diminuiu, e vários países fora da Europa informaram a fabricação interna da droga. A China e os Países Baixos, por exemplo, foram indicados como fonte de MDMA apreendido na Indonésia.

Os avanços na redução da produção de ópio na região registraram uma inversão devido ao aumento de 11% registrado em Mianmar, país ao qual correspondem 95% da produção total de ópio do Leste e do Sudeste da Ásia. Apesar desse aumento, apenas 5% da produção mundial de ópio ilícito é originário da região.

A heroína continua sendo a droga de maior consumo na China, Malásia, Mianmar, Singapura e Vietnã, e a maioria dos países da região informaram tendências decrescentes ou estáveis no consumo da heroína.

Houve um aumento do uso de metanfetamina no Camboja, China, Indonésia, Malásia, Mianmar, República Democrática Popular de Laos, Singapura, Tailândia e Vietnã. A metanfetamina já é a substância mais consumida na República Democrática Popular de Laos e na Tailândia, e ocupa o segundo lugar no Camboja e na China.

Calcula-se que 25% dos usuários de drogas injetáveis do mundo vivem no Leste e no Sudeste da Ásia. O risco de uma epidemia de HIV continua alto na região. A Junta destaca a importância de prestar assistência em termos de prevenção e tratamento do HIV e apoio e atenção às pessoas dependentes de drogas no Leste e no Sudeste da Ásia.

Ásia Meridional

A Ásia Meridional vem se tornando uma das principais regiões utilizadas pelos narcotraficantes para obter produtos químicos necessários para a fabricação ilícita de metanfetamina, a saber, efedrina e pseudoefedrina.

Em 2009, os organismos policiais da Índia apreenderam 1,2 toneladas de efedrina. As redes criminosas recorrem cada vez mais a Bangladesh para obter produtos farmacêuticos que



contenham esses precursores químicos. Em Bangladesh, a pseudoefedrina da Índia é transformada em comprimidos antes de ser enviada para a América Central e Caribe.

Na Índia se descobrem cada vez mais instalações de fabricação ilícita de metanfetamina destinada a mercados estrangeiros.

Nos países da Ásia Meridional se registra o uso generalizado de produtos farmacêuticos que contêm entorpecentes e substâncias psicotrópicas. Em 2009, foram apreendidas em Bangladesh 18.600 ampolas contendo buprenorfina, substância analgésica – um aumento considerável em comparação com 2006. A Índia é um dos principais países de origem das substâncias psicotrópicas vendidas por farmácias ilegais na Internet.

Em toda a Ásia Meridional se cultiva a planta da *cannabis* em grande escala. Em 2009, por exemplo, as autoridades policiais de Bangladesh apreenderam 2,1 toneladas de *cannabis*.

Ásia Ocidental

Em 2010, a produção ilícita de ópio diminuiu para quase a metade na região, em comparação com 2009. Essa queda acentuada, até chegar à cifra atual de 3.600 toneladas, deveu-se principalmente a um fungo que afetou as plantas de papoula. A superfície do cultivo ilícito continuou sendo a mesma do ano anterior.

O estoque de ópio no Afeganistão e nos países vizinhos alcança cerca de 12.000 toneladas, o que equivale à demanda ilícita mundial por opiáceos por 2,5 anos. O fato da produção ilícita de ópio ter caído em 2010 não significa que a fabricação de heroína no mercado ilícito também vá diminuir, já que existem estoques suficientes de ópio.

Com o aumento considerável do preço do ópio – atualmente US\$ 207,00 por quilo de ópio seco, em comparação com US\$ 78,00, em 2009 – existe o risco de os agricultores afegãos considerarem a possibilidade de cultivar ainda mais papoula em 2011.

Quase todo o cultivo ilícito de papoula registrado no Afeganistão se concentra no sul e no oeste do país. Na província de Helmand, 53% da terra apta para a agricultura são utilizados para o cultivo de papoula. O número de províncias declaradas sem cultivo de papoula foi o mesmo de 2009, ou seja, 20 das 34 províncias, e a região setentrional conservaram essa condição alcançada naquele mesmo ano.

O uso de drogas vem aumentando consideravelmente no país. Existe quase um milhão de consumidores de drogas no Afeganistão, ou seja, cerca de 8% das pessoas entre 15 e 64 anos de idade. Em comparação com 2005, o consumo de ópio aumentou 53% e o de heroína 140%.

O Afeganistão também pode ser o maior produtor mundial de resina de *cannabis* (haxixe), já que tem uma capacidade de produção de 1.500 a 3.500 toneladas por ano. O rendimento extremamente elevado da resina de *cannabis* obtido pelo Afeganistão (145 quilos por hectare) é mais do que três vezes do que aquele conseguido pelo Marrocos (40 quilos por hectare).

Apesar das campanhas de erradicação de cultivos não terem tido muito êxito no Afeganistão, os organismos de repressão do narcotráfico sim obtiveram bons resultados, registrando a apreensão de 2,5 toneladas de heroína, 7,5 toneladas de morfina, 59 toneladas



de ópio, 23 toneladas de resina de *cannabis* e mais de 400 toneladas de precursores em estado sólido.

Os opiáceos do Afeganistão são contrabandeados principalmente via a República Islâmica do Irã, o Paquistão e países da Ásia central. Os países ao longo das rotas do tráfico enfrentam os mais diversos problemas relacionados ao tráfico de drogas em grande escala, entre eles, o crime organizado, a corrupção e uma elevada demanda interna por opiáceos. Calcula-se que na República Islâmica do Irã, por exemplo, 2,8% das pessoas de 15 a 64 anos de idade são dependentes de opiáceos.

A rota mais curta para o contrabando de opiáceos do Afeganistão para a Europa é através da República Islâmica do Irã. Calcula-se que, por ano, 37% da heroína originária do Afeganistão passe pelo país como contrabando. O restante passaria pelo Paquistão ou pela rota da Ásia Central pelo Cazaquistão, Tadjiquistão e Azerbaijão. O Oriente Médio é utilizado principalmente como zona de trânsito para contrabandear heroína do Afeganistão para os países árabes.

O uso de estimulantes do tipo anfetamínico vem aumentando consideravelmente na região. Na República Islâmica do Irã, a apreensão desses estimulantes aumentou 60% em 2009. Na Síria e na Turquia são produzidos comprimidos que são vendidos como Captagon, contendo principalmente anfetamina e cafeína, e são contrabandeados para a Arábia Saudita, maior mercado ilícito de Captagon, e para o Iraque.

Europa

O uso de cocaína está se propagando da Europa ocidental para outras partes da região. Em alguns países, a cocaína pode estar substituindo a anfetamina e o êxtase como droga objeto de uso. Na Dinamarca, Espanha e Reino Unido, por exemplo, houve um aumento no consumo de cocaína, acompanhado de uma diminuição do consumo de anfetamina.

A Europa Ocidental é o maior mercado de heroína do mundo e cerca de 60% do consumo de heroína na região corresponde a quatro países (Reino Unido, Itália, França e Alemanha). Nos países europeus registra-se quase a metade do consumo de heroína do mundo. A Federação da Rússia apresenta o nível mais elevado de uso de opiáceos da Europa (1,6%). Quase toda a heroína que circula na Europa é originária do Afeganistão.

Em toda a Europa, o consumo de *cannabis* parece ter se estabilizado e em alguns países houve inclusive uma diminuição. 1,2% dos europeus haviam consumido cocaína no ano anterior. Na Espanha foi registrado o índice mais elevado (3,1%).

A Europa Oriental é uma das poucas regiões do mundo na qual a prevalência do HIV vem aumentando. Na Federação Russa e na Ucrânia são registradas epidemias graves e em curso de propagação. A prevalência da infecção pelo HIV entre adultos na Ucrânia é a mais elevada da Europa: mais de 1,6%. Mais de 50% dos novos casos de infecção por HIV diagnosticados na Europa Oriental a infecção deveu-se ao uso de material para o uso de drogas injetáveis contaminado.

Oceania

A *cannabis* continua sendo a droga mais consumida na Oceania. A prevalência anual do uso de *cannabis* na Nova Zelândia é uma das mais elevadas do mundo: 14,6 das pessoas entre 14 e 64 anos de idade. A prevalência do uso dessa substância ao longo da vida em Fiji e em



INTERNATIONAL NARCOTICS CONTROL BOARD

Annual Report

Press Release

Papua Nova Guiné foi de 47% e 55%, respectivamente. Como na região existe um cultivo estendido da *cannabis*, o contrabando rumo a Oceania continua escasso.

Na Oceania, o consumo de êxtase vem aumentando progressivamente nos últimos anos e a Austrália apresenta a maior prevalência anual de uso dessa substância no mundo.

As apreensões recentes indicam que a região vem sendo utilizada cada vez mais como zona de reexportação de drogas e de precursores químicos.

Na Austrália, a quantidade de estimulantes do tipo anfetamínico apreendidos na aduana aumentou 58% nos dois últimos anos. A Nova Zelândia designou alta prioridade para a luta contra a fabricação e o abuso de metanfetamina e, em 2010, os organismos competentes informaram numerosos casos de apreensão dessa substância, contrabandeada da China por via aérea através de passageiros.



CONTINUA O ABUSO DE CANNABINÓIDES SINTÉTICOS ADICIONADOS A MISTURAS DE ERVAS DENOMINADAS “SPICE” – MOTIVO DE PREOCUPAÇÃO, SEGUNDO A JIFE

De acordo com a Junta Internacional de Fiscalização de Estupefacientes, a oferta de misturas de ervas que contém cannabinóides sintéticos continua sendo motivo de preocupação para os governos.

Nos últimos anos, essas misturas, comercializadas sob marcas como “*Spice*”, podem ser adquiridas cada vez mais pela Internet e em comércios especializados. Os cannabinóides sintéticos, denominados propriamente “agonistas de receptores de cannabinóides sintéticos”, têm efeitos psicoativos análogos aos da *cannabis*. Entretanto, enquanto a *cannabis* está sujeita à fiscalização internacional em virtude da Convenção Única de 1961 sobre Entorpecentes, os cannabinóides sintéticos não estão.

Considerando os riscos à saúde que o uso indevido de substâncias que contém cannabinóides sintéticos representa, vários governos estão adotando medidas de fiscalização nacional para prevenir o tráfico e o uso dessas substâncias. Alguns países estão incluindo determinados cannabinóides sintéticos à lista de substâncias que devem ser controladas na legislação nacional. Se bem que esse é um primeiro passo para a proteção da população, existe uma grande variedade de cannabinóides sintéticos que pode ser fabricada introduzindo ligeiras modificações na estrutura química dos cannabinóides com vistas a burlar a fiscalização e colocar esses produtos modificados no mercado. Casos assim têm sido registrados em alguns países, entre eles, na Federação Russa, Finlândia, Japão e Suécia. Os governos desses países informaram que desde a promulgação de leis nacionais voltadas para a fiscalização de certos cannabinóides sintéticos, foram encontrados cannabinóides sintéticos não incluídos na lista de fiscalização em misturas de ervas apreendidas nos seus respectivos países.

Para evitar esse problema, alguns governos vêm adotando a fiscalização de grupos de compostos sintéticos relacionados estruturalmente. Na Irlanda e no Reino Unido, por exemplo, grupos estruturalmente relacionados de “agonistas de receptores de cannabinóides sintéticos” estão sendo fiscalizados em nível nacional. Recentemente, nos Estados Unidos, a Direção de Luta Contra as Drogas, com base na faculdade de classificar substâncias como uma medida de emergência, adotou dispositivos para fiscalizar provisoriamente cinco produtos químicos que são comumente adicionados a esse tipo de mistura de ervas.

A JIFE considera positivas as medidas adotadas pelos governos para prevenir o tráfico e o uso de cannabinóides sintéticos, mas alerta os governos a continuar vigiando a situação e, se necessário, que adotem medidas preventivas.



A JIFE INSTA OS GOVERNOS E A INDÚSTRIA A QUE ADOTEM MEDIDAS PARA PREVENIR O USO DE SUBSTÂNCIAS COM O OBJETIVO DE FACILITAR CRIMES

A Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes insta os governos e a indústria a adotarem medidas urgentes para prevenir o desvio e o uso de medicamentos que facilitem a prática de crimes facilitados pelo uso de drogas. No relatório anual, a Junta aponta que em muitos países e regiões tem se perpetrado atos criminosos com a ajuda de determinadas substâncias.

Nos últimos anos, a JIFE vem advertindo reiteradamente a comunidade internacional sobre o uso indevido de substâncias como o flunitrazepam para facilitar a agressão sexual e a aplicação das recomendações da Junta parecem ter contribuído para reduzir o uso dessa substância com esse fim. A Junta está cada vez mais preocupada com o uso de sobre o uso indevido de substâncias psicoativas utilizadas para cometer outro tipo de crimes facilitados pelo uso de drogas como furtos e fraudes.

As vítimas de agressão sexual facilitada pelo uso de drogas são principalmente mulheres jovens e nos casos de furtos e fraudes facilitados pelo uso de drogas, as vítimas costumam ser homens jovens. Ao mesmo tempo em que o aumento desses crimes é motivo de preocupação, o verdadeiro alcance deles é desconhecido, já que, conforme se acredita o problema não vem à tona devido à falta de provas forenses.

A falta de provas pode ser resultado da perda de memória das vítimas, que pode ser provocada por esse tipo de substância. Por outro lado, as substâncias administradas são incolores, inodoras e insípidas, razões pelas quais as vítimas não tomam consciência de terem sido drogadas. Também é possível que esses incidentes não sejam denunciados por vergonha ou medo, especialmente em algumas sociedades nas quais o fato de ter sido vítima de agressão sexual resulta na estigmatização da vítima.

Já estão em curso iniciativas junto à indústria para por um lado prevenir o desvio e o uso indevido de substâncias que facilitam a prática de crimes e, ao mesmo tempo, e por outro prevenir os possíveis efeitos negativos no que se refere à disponibilidade de medicamentos com fins legítimos. Muitos governos já introduziram medidas para abordar esse problema, como recomenda a resolução 53/7 da Comissão de Entorpecentes, de março de 2010. A JIFE chama os governos, a comunidade internacional e a indústria a tomar como base essas primeiras medidas e pede aos governos que ainda não o fizeram que adotem medidas imediatamente.



A JIFE CHAMA A CONTINUAR VIGIANDO E A AUMENTAR A COOPERAÇÃO PARA FREAR O DESVIO DE PRECURSORES PARA A FABRICAÇÃO DE ILÍCITA DE DROGAS

Viena, 02 de Março de 2010 - No relatório anual, publicado hoje, a JIFE lembra os governos da necessidade de se manterem atentos quanto à identificação e abordagem de novas tendências no desvio de precursores químicos para a fabricação de drogas.

As redes criminosas vêm demonstrando que conseguem se adaptar com facilidade e modificar os métodos de desvio e produção com vistas a burlar as medidas estritas de controle e fiscalização adotadas pelos governos.

No relatório deste ano, a Junta conclui que as redes criminosas recorrem cada vez mais a 'substâncias não fiscalizadas', ou seja, substâncias que não estão sujeitas a medidas de fiscalização, com o objetivo de burlar os marcos regulamentários vigentes. Além de utilizar novas substâncias, esses grupos também estão recorrendo ao uso de derivados de substâncias atualmente submetidas à fiscalização internacional.

Para reagir a essa ameaça, a Junta incentiva os governos a ampliar os mecanismos de controle de precursores, incluindo alguns derivados e outras formas dessas substâncias, como por exemplo, fontes naturais e ésteres (compostos orgânicos). A Junta também recomenda aos governos que consultem periodicamente a "Lista de vigilância internacional especial limitada" e incentivem a participação de interessados, entre eles, a indústria privada, a estabelecer em códigos voluntários de conduta com vistas a prevenir o desvio de precursores.

O sucesso das medidas de fiscalização de drogas em nível mundial depende da capacidade dos Estados de se comunicarem efetivamente com a Junta e entre si. No relatório deste ano, correspondente a 2010, a Junta volta a insistir na importância de os Estados utilizarem cada vez mais o sistema de notificações prévias à exportação (PEN online) para indagar sobre a legitimidade das remessas de precursores e responder às indagações dessa índole. A Junta observa que, enquanto o sistema PEN online vem sendo cada vez mais utilizado, existem vários Estados da África que sequer se registraram no sistema, e chama esses Estados a se registrarem e que passem a utilizar o sistema o quanto antes.

Para cumprir o seu mandato, a Junta depende consideravelmente da cooperação dos governos no que diz respeito à apresentação de previsões das necessidades legítimas por precursores de seus respectivos países. Com o fim de otimizar seus esforços e de evitar que se desestime indevidamente a disponibilidade de produtos químicos para fins legítimos, o relatório destaca a importância de os governos garantirem a exatidão e a atualização das previsões comunicadas à Junta.



INFORMAÇÃO SOBRE A JUNTA INTERNACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE ENTORPECENTES

La Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE) é um organismo independente, encarregado por fiscalizar a aplicação dos tratados das Nações Unidas referentes ao controle internacional de drogas. Foi estabelecida em 1968 conforme a Convenção Única de 1961 sobre Entorpecentes. Seus predecessores, em virtude dos tratados anteriores de fiscalização de drogas, remontam à época da Sociedade das Nações.

Composição

A Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE) está integrada por 13 membros Eleitos pelo Conselho Econômico e Social que prestam serviços a título pessoal, e não como representantes dos governos.

Funções

As funções da JIFE estão consagradas nos seguintes tratados: a Convenção Única de 1961 sobre Entorpecentes; o Convênio sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971, e a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de 1988. A JIFE colabora com os governos em velar para que exista o provimento suficiente de substâncias para fins médicos e científicos, e para que não haja o desvio de substâncias de origem lícito por meios ilícitos. Também determina as deficiências dos sistemas de fiscalização nacional e internacional e contribui para corrigir essas situações.

A JIFE tem uma secretaria que lhe presta assistência no exercício das suas funções relacionadas com os tratados. A secretaria da JIFE, situada em Viena, é uma entidade administrativa do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, mas está sob a direção da Junta no que diz respeito a todas as questões substantivas relacionadas com o exercício das suas faculdades e o cumprimento das funções da Junta conforme as Convenções.

Relatório anual

Com base nas suas atividades, a Junta publica um relatório anual que é apresentado ao Conselho Econômico e Social por meio da Comissão de Entorpecentes. O relatório contém uma análise completa da situação em termos de fiscalização de drogas em diversas regiões. Na qualidade de organismo imparcial, a JIFE tenta determinar e prever tendências perigosas e sugere as medidas que devem ser adotadas.